

JUVENTUDES CONTEMPORÂNEAS

Os coletivos juvenis como espaços de protagonismo

Sebastião Everton de Oliveira

Resumo: Este texto é resultado do Painel realizado no XVIII Simpósio Internacional Filosófico-Teológico (FAJE) e no X Simpósio internacional de Ciência da Religião (PUC Minas), que abordou algumas concepções sobre juventude, destacando a invenção do conceito ao longo da história e a sua importância na sociedade contemporânea. Além disso, este texto reflete questões fundamentais relacionadas à identidade, transição para a vida adulta e condição social dos jovens no tempo presente. Com isso, apresenta a experiência de coletivos juvenis, suas origens, características e ações, que se constitui como modalidade de participação ativa das juventudes no campo político.

Palavras-chave: Juventude, coletivos juvenis, protagonismo juvenil, identidade, transição para a vida adulta, jovens.

1.Introdução:

A seguir, apresentamos algumas reflexões sobre pesquisas realizadas com jovens, especialmente na análise de suas formas associativas e condições de participação social contemporâneas. Adicionalmente, consideramos as contribuições de autores do campo da sociologia infanto-juvenil (ARIÈS, 1981; NAKANO & ALMEIDA, 2007; OLIVEIRA, 2022; SOUZA, 2006) para enriquecer a compreensão dos coletivos juvenis como expressões contemporâneas de participação política.

Nessa perspectiva, inicialmente delineamos alguns pontos que destacam um marco legal significativo para a concepção moderna de juventude, especialmente ressaltando a evolução dessa concepção a partir da revolução industrial, quando houve a necessidade de qualificação da mão-de-obra durante o período fabril. Além disso, consideramos legislações como o Código de Menores (1927;1979), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), e o Estatuto da Juventude (2013).

No contexto desse marco legal, observamos uma evolução significativa nas concepções de direitos e responsabilidades ao longo das décadas no Brasil. Houve, por exemplo, um salto em relação ao Código de Menores e ao Estatuto da Juventude. Essa trajetória reflete uma mudança de paradigma na percepção desses sujeitos, superando a visão tradicional que considerava a criança como um "pequeno adulto", sem considerar suas especificidades ou um olhar especializado em seu desenvolvimento ou papel na sociedade. Atualmente, tanto a criança quanto o adolescente e o jovem são reconhecidos pelo Estado como sujeitos de direitos.

Em síntese, a evolução na legislação resultou de lutas e tensões sociais, assim como do surgimento da categoria "juventude", proporcionando uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e culturais que moldam a experiência dos jovens. Destacamos a

necessidade de políticas e abordagens que reconheçam e atendam às suas necessidades específicas, sem culpabilização ou enquadramento como problema social.

É importante ressaltar que assumimos aqui a concepção de juventude para além da questão etária, compreendendo-a como uma fase intermediária entre a infância e a fase adulta, com vivências específicas e variáveis de cultura para cultura. Portanto, não estamos abordando uma concepção única de "jovem", mas sim uma leitura sobre o que denominamos de "juventudes", a partir de processos de sujeitos reais com vivências concretas, envolvendo imagens e representações sociais múltiplas e estereotipadas.

1.1 Fatores que colaboraram para o surgimento da Juventude no Brasil

Diversos fatores foram determinantes para a formação da concepção contemporânea de juventude no Brasil. Nas análises mais recentes, tanto a escola quanto o trabalho desempenharam papéis cruciais na "constituição" ou "invenção" do conceito de juventude no país. Durante a era industrial, a separação da criança da família marcou a ascensão da escola como um espaço essencial para a preparação da vida adulta (ARIÈS, 1981). Essa separação foi uma resposta ao desenvolvimento econômico, exigindo que os mais jovens fossem moldados para desempenhar funções específicas na sociedade e para a qualificação da mão-de-obra.

Em outra dimensão, as Ciências Humanas também voltaram sua atenção precocemente para as crises enfrentadas pelos jovens (ibid.). No entanto, naquela época, essa preocupação era observada principalmente em estudos sobre grupos considerados violentos, como gangues ou bandos de jovens, que manifestavam dificuldades na transição para a vida adulta. A complexidade desses estudos destaca as nuances e desafios enfrentados pela juventude ao longo da história, muitas vezes subestimada ou mal compreendida em seu desenvolvimento social e cidadão.

Essas complexidades e outras questões também ressaltam a necessidade urgente de reconhecimento social dessa parcela da população, compreendendo seu processo de existência e resistência perante os desafios históricos.

1.2 Reconhecimento e impasse para Vida Adulta

Embora pareça óbvio, "ser" não é uma condição dada. Conforme sugerido por Judith Butler (2018), "ser radicalmente privado de reconhecimento ameaça a própria possibilidade de existir". Nesse contexto, a existência de todas as pessoas na esfera pública e o "direito a terem direitos" tornam-se fundamentais. Essa noção questiona a universalidade do direito, uma vez que se constitui de maneira incompleta, sendo algumas humanidades silenciadas por uma história social hegemônica, permeada por apagamentos da memória coletiva e concentração de poder decisório. Assim, ser sujeito de direitos implica ser reconhecido institucionalmente e ter respaldo jurídico em prol da humanidade.

No entanto, a humanidade deveria ser reconhecida em sua plenitude, permitindo que os sujeitos se tornem "sujeitos que decidem". O protagonismo, contudo, frequentemente é esvaziado, transformando-se em um jargão institucional onde a "nova forma" de política

é reduzida a simples ações, minando a autonomia e a progressão (SOUZA, 2006). Esse discurso permeia as negociações das atividades coletivas, podendo ser identificado como ação direta do sujeito na organização de suas demandas.

É neste cenário de conflitos, especialmente com os espaços institucionais, que emergem e são observadas as formas de organização das juventudes. Atualmente, compreende-se que a identidade dos jovens está sempre em construção, fluida e inacabada, ou seja, é sempre provisória. Sob uma perspectiva sociológica, a identidade juvenil pode ser interpretada na ideia de que "são iguais a todos como espécie, iguais a alguns como parte de um grupo social e diferentes de todos como seres singulares" (CHARLOT, 2000). Esse processo é permeado por subjetivação, interpelando qualquer etapa de vida, muitas vezes rompendo, mas também incorporando valores tradicionais e/ou inovações ao próprio campo democrático. Reconhecer o protagonismo juvenil, portanto, é favorecer espaços democráticos de acesso à informação para o poder de decisão.

Entretanto, ao observar a situação dos jovens, é crucial considerar que a atual geração enfrenta mais imprevisibilidade e competitividade em diversos aspectos, como valores sociais, materiais, estudo e trabalho. Isso leva a situações que resultam em impasses para a vida adulta.

No âmbito desse tema, foram explorados diversos pontos neste painel, abordando questões contemporâneas que impactam a juventude, como a socialização online e offline, as mobilizações recentes que marcaram a opinião pública nos últimos anos, como os rolezinhos, as jornadas de junho de 2013, as tentativas de militarização das escolas, a ocupação das escolas pelos estudantes em 2015, o movimento escola sem partido, as lutas pela descriminalização da maconha, a expressiva violência contida no genocídio da juventude, o feminicídio, atos de violência contra as escolas, a uberização do trabalho, entre outras. Esses elementos refletem as mudanças e desafios enfrentados pelos jovens na sociedade atual.

1.3 Os Coletivos Juvenis como forma de Protagonismo Juvenil.

Os coletivos emergem como uma expressão significativa de mobilização social, caracterizando-se como parte dos novos ativismos originados nos movimentos antiglobalização e anticapitalismo. Esses movimentos, impulsionados pelas redes sociais, são marcados pela horizontalidade e pela participação em múltiplas causas. Embora o termo tenha ganhado destaque recentemente, sua origem remonta à década de 40, relacionada a experiências e à organização de grupos de teatro popular. Um pico notável na criação de coletivos ocorreu entre 2012 e 2016, possivelmente devido ao crescimento exponencial da internet e à organização de diversos eventos políticos associados a essa ampliação do espaço virtual.

A distinção fundamental entre coletivos e grupos reside na abertura e fluidez dos primeiros, evitando serem percebidos como entidades fechadas. Durante o painel, discutiu-se a dinâmica dos deslocamentos na ação coletiva, explorando a identidade fluida dos grupos e a transição entre verticalidade e horizontalidade. Além disso, foram abordadas as características que conferem continuidade e novidade aos novos ativismos,

como a multiplicidade de militâncias e as relações mais leves e carnavalizadas na estrutura e atuação cotidiana.

Nesse contexto, os coletivos juvenis representam uma modalidade expressiva de protagonismo, permitindo que os jovens participem ativamente no campo político. Sua natureza aberta propicia uma conexão dinâmica, enquanto a fluidez identitária e a transição entre diferentes dinâmicas organizacionais destacam-se como aspectos marcantes. O surgimento e a proliferação desses coletivos são reflexos da contemporaneidade, incorporando mudanças tecnológicas e políticas que influenciam diretamente a forma como os jovens se organizam e se engajam em questões sociais.

2.4 O conflito como potência: confronto com os limites institucionais

Ao considerar as ações coletivas como um sistema de relações permeado por coerções e oportunidades, ancorado na solidariedade, no desenvolvimento de conflitos e no rompimento com os limites institucionais (MELUCCI, 1989), como anteriormente discutido, percebemos que "a juventude não é nem progressista nem conservadora por natureza, mas, em função de forças que estão adormecidas dentro dela, está pronta para tudo que há de novo" (MANNHEIM, 1952, p. 62).

O confronto com os limites institucionais é analisado como uma insurgência originada de novas leituras de mundo. Jovens que se sentem não representados nos espaços públicos tradicionais buscam expressar suas identidades por meio de diversas formas, tais como pixo, performances, a criação de economias alternativas e a ressignificação de espaços públicos.

Esse confronto não é apenas uma expressão de resistência, mas também uma manifestação de potência e criatividade. Os jovens, ao se depararem com limitações institucionais, exploram alternativas inovadoras para afirmar suas vozes e redefinir os significados dos espaços que ocupam.

Dessa forma, o conflito não é apenas encarado como um obstáculo, mas sim como uma força motriz que impulsiona os jovens a redefinir o status quo, a questionar as normas estabelecidas e a criar novas possibilidades. Esse confronto com os limites institucionais emerge como uma narrativa dinâmica que reflete as aspirações, a criatividade e a resiliência da juventude contemporânea, evidenciando a sua prontidão para abraçar o que há de novo e desconhecido.

Conclusão: Desafios e Potencialidades do Protagonismo Juvenil

Ao abordar a complexidade das juventudes contemporâneas desde a invenção do conceito até os dias atuais, torna-se evidente a necessidade de compreender a diversidade e particularidades dessa fase da vida. Este percurso ressalta a importância de reconhecer os desafios enfrentados pelos jovens, ao mesmo tempo em que examinamos o potencial transformador dos coletivos e outras formas de participação e associação nas dinâmicas sociais.

Os coletivos juvenis surgem como expressões contemporâneas de participação política, revelando-se como espaços dinâmicos de mobilização social. Sua natureza aberta e

fluidez identitária possibilitam uma conexão dinâmica, permitindo que os jovens se envolvam ativamente no campo político. Este fenômeno, associado ao crescimento exponencial da internet, evidencia a adaptação dos jovens às mudanças tecnológicas e políticas que caracterizam a sociedade atual.

Em síntese, ao considerar os desafios enfrentados pelas juventudes contemporâneas, bem como seu potencial transformador, destaca-se a importância de promover ambientes inclusivos e reconhecer a diversidade de experiências vivenciadas pelos jovens. O protagonismo juvenil, expresso nos coletivos e nas diversas formas de participação, emerge como uma força dinâmica capaz de contribuir significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e participativa. O diálogo contínuo e a promoção de políticas que atendam às necessidades específicas dos jovens são fundamentais para nutrir esse potencial transformador e construir um futuro mais promissor.

Referências:

1. ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
2. BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018
3. CHARLOT, B. Da relação com o saber - Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.
4. MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova (17) • Jun 1989 • <https://doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>
5. NAKANO, Marilena; ALMEIDA, Elmir. Reflexões acerca da busca de uma nova qualidade da educação: relações entre juventude, educação e trabalho, 2007.
6. OLIVEIRA, Sebastião Everton de. Ações coletivas, identidades políticas e formas contemporâneas de representatividade juvenil. Belo Horizonte, 2022.
7. SOUZA, Regina Magalhães de. O discurso do protagonismo juvenil. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia – USP, São Paulo, 2006.